

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 6

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

6

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 6 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-065-0

DOI 10.22533/at.ed.650192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA.	
<i>Marilea de Jesus Mendes Everton Pinho</i>	
<i>Fernanda Costa Pinheiro</i>	
<i>Marlyane Santos Pereira</i>	
<i>Weline Leite Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922011	
CAPÍTULO 2	13
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922012	
CAPÍTULO 3	20
A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Anne Gabriela Bastos Veiga</i>	
<i>Lucio Carlos Dias Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922013	
CAPÍTULO 4	30
ARTE E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: EM CENA A PRODUÇÃO NA ÁREA	
<i>Vera Núbia Santos</i>	
<i>Isabelle Pinto Mendonça</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922014	
CAPÍTULO 5	45
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL – CDILUSS: ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DAS LUTAS SOCIAIS E DO SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO	
<i>Maria da Glória Serra Pinto de Alencar</i>	
<i>Neudilene Viana Diniz</i>	
<i>Selma Maria de Oliveira Brandão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922015	
CAPÍTULO 6	54
DIREITOS SOCIAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UMA LEITURA A PARTIR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFAM	
<i>Roberta Ferreira Coelho de Andrade</i>	
<i>Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa</i>	
<i>Vivianne Batista Riker de Sousa</i>	
<i>Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922016	

CAPÍTULO 7	66
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ESPAÇO DE FORMAÇÃO E APRENDIZADO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Wglaenia Carlos Bezerra</i>	
<i>Rayanne Amaral Braz</i>	
<i>Lúcia Rocha Bezerra Maia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922017	
CAPÍTULO 8	80
O FAMILISMO DA POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E BRASIL	
<i>Rosilene Marques Sobrinho de França</i>	
<i>Maria D'Alva Macedo Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922018	
CAPÍTULO 9	90
O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO NA DEFESA E REAFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DE SERVIÇO SOCIAL NAS IES PRIVADAS	
<i>Ivaneide Duarte de Freitas</i>	
<i>Isabelle Cristina Custodio de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922019	
CAPÍTULO 10	98
O TRABALHO DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS DE SALVADOR NO TERCEIRO SETOR	
<i>Márcia Tavares Josimara Delgado</i>	
<i>Rosângela Fiais</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220110	
CAPÍTULO 11	108
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: A CONCEPÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS DA UFERSA/RN	
<i>Fabrcia Dantas de Souza</i>	
<i>Anne Karoline Silva Felix</i>	
<i>Janaína Maria Silva Holanda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220111	
CAPÍTULO 12	120
ALFABETIZAÇÃO TECNOLÓGICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES PROCESSUAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
<i>Valdomiro de Souza Brito</i>	
<i>Romy Guimarães Cabral</i>	
<i>Caroline Barroncas de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220112	
SOBRE A ORGANIZADORA	129

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA

Marilea de Jesus Mendes Everton Pinho

Assistente Social

São Luís - MA

Fernanda Costa Pinheiro

Assistente Social

São Luís – MA

Marlyane Santos Pereira

Assistente Social

São Luís - MA

Weline Leite Silva

Assistente Social

São Luís - MA

RESUMO: O artigo é resultado de estudos realizados no Curso de Especialização em Políticas Sociais e Processos Pedagógicos em Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Trata da dimensão pedagógica do assistente social na política de educação e propõe analisar experiências de trabalho de assistentes sociais no Município de São Luís, nessa área. Discorre brevemente sobre a política de educação no Brasil e no Maranhão, para em seguida analisar como se expressa a dimensão pedagógica do trabalho de assistentes sociais em duas instituições de ensino de São Luís, refletindo sobre os desafios para implementação do Projeto Ético Político do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Educação;

Dimensão Pedagógica.

ABSTRACT: The article is the result of studies performed in the Specialization Course in Social Politics and Pedagogical Processes in Social Service of the Federal University of Maranhão-UFMA. It deals with the pedagogical dimension of the social worker in the educational politics and it proposes to analyze work experiences of social workers in the city of São Luís in this area. It talks briefly about the educational politics in Brazil and also in Maranhão, and after this, it analyzes how the pedagogical dimension of the work of social workers expresses itself in two educational institutions of São Luís, reflecting about the challenges of the implementation of the Ethical and Political Project of the Social Service.

KEYWORDS: Social Service; Education; pedagogical dimension.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo integra um conjunto de estudos realizados no Curso de Especialização em Políticas Sociais e Processos Pedagógicos em Serviço Social, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, iniciado em 2014, e tem como objetivo analisar como se expressa a dimensão pedagógica do Serviço Social na

política de educação, a partir das experiências de trabalho de assistentes sociais no Município de São Luís - Maranhão.

A Constituição Federal de 1988 significou um importante avanço no que diz respeito às políticas sociais brasileiras, ao institucionalizá-las como direito de todos e dever do Estado. No tocante à política de educação, vários são os aparatos legais que fortalecem a concepção de educação na perspectiva do direito, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Plano Nacional de Educação. Todavia, é possível observar que parte da população fica à margem do acesso universal e igualitário a essa política.

A respeito da presença do assistente social na educação, enquanto espaço sócio-ocupacional, esta se remete às origens da profissão. Entretanto, somente a partir da década de 1990 torna-se destaque na agenda nacional de debate dos assistentes sociais. Ao entender que assistentes sociais são profissionais requisitados a atuar no enfrentamento das expressões da questão social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, questiona-se: de que forma se dá a inserção do assistente social e qual sua importância para o campo da educação? Como se expressa a dimensão pedagógica da profissão na educação? É possível efetivar o projeto profissional da categoria no campo educacional?

Buscando responder a essas questões e com a finalidade de analisar experiências de trabalho de assistentes sociais na educação, optou-se pela realização de uma pesquisa cuja abordagem é qualitativa. A técnica de coleta utilizada foi entrevista semiestruturada, e o campo empírico foi composto por duas escolas com atuação de assistente social, sendo uma da rede pública e outra da rede privada de ensino, no Município de São Luís - Maranhão.

A estrutura do artigo é composta por esta Introdução (primeira parte), seguido de breves considerações sobre a política educacional no Brasil e no Maranhão, como elementos básicos, sendo a terceira parte a que discorre sobre o trabalho do assistente social na educação destacando a dimensão pedagógica expressa no trabalho, bem como os desafios postos à implementação do projeto profissional nessa área.

2 | CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL E NO MARANHÃO

A educação, inscrita na Constituição Federal do Brasil de 1988, está incluída no conjunto dos direitos sociais, tais como o direito à saúde, à alimentação, ao trabalho e à moradia, dentre outros, e conforme descrito em seu Art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988)

A dimensão democrática da educação é explicitada na Constituição Federal

de 1988 (BRASIL, 1988), na medida em que esta estabelece dispositivos legais que asseguram a obrigatoriedade da matrícula de todos os educandos no ensino formal. A universalização desse direito é retomada no Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1990)

Destaca-se que a educação escolar caracteriza-se como um direito público subjetivo, no qual é responsabilidade do Estado a prestação do ensino obrigatório de forma gratuita, garantindo, por conseguinte, o direito à educação a todos os cidadãos brasileiros. Conforme a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDBEN, a educação escolar inicia-se com a educação infantil e se encerra com o ensino superior. Com efeito, a legislação educacional brasileira afirma que todos têm direito à educação básica, de forma gratuita, dos quatro aos dezessete anos, inclusive os que não tiveram acesso na idade escolar. (BRASIL, 1996)

Ao tratar dos objetivos da educação nacional, o Art. 22 da Lei supracitada explicita que: “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (BRASIL, 1996, p.9)

Desta forma, assumida pela União em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, a Política Nacional de Educação (BRASIL, 1996), prevê a universalização da educação escolar em todos os seus níveis e modalidades, proposta também contida no Plano Nacional de Educação - PNE (2011-2020), que esboça um conjunto de metas e estratégias, visando assegurar educação gratuita e de qualidade, em todos os níveis e modalidades de ensino. (BRASIL, 2010)

Todavia, na sociedade brasileira contemporânea esse direito ainda não atinge a todos, uma vez que muitos se encontram excluídos do processo educativo formal. A Síntese de Indicadores Sociais do ano de 2012, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE retrata uma face dessa realidade ao afirmar que “o Brasil ainda possui uma taxa média de abandono escolar precoce, quase três vezes maior do que a média de 29 países europeus selecionados”. (IBGE, 2012, p. 116)

Chama a atenção ainda, no documento referenciado, a desigualdade de desempenho entre o ensino público e o privado, revelando a necessidade de investimentos no ensino público:

As diferenças na composição socioeconômica dos alunos são os principais determinantes da variância de desempenho entre as escolas, isto é, o melhor desempenho dos alunos das escolas particulares é um reflexo da seleção direcionada às classes mais privilegiadas em um país extremamente desigual. (IBGE, 2012, p. 120-121)

Ressalta-se que os problemas observados no acesso à educação no Brasil não são uma especificidade dessa política, mas traduzem características das políticas sociais no contexto do Neoliberalismo. Para Behring (2009), elas passam a ser caracterizadas como paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e muitas vezes são acessadas via mercado.

Dessa forma, o modelo neoliberal exerce uma forte influência na educação brasileira, que passa a ser compreendida como uma mercadoria e não como um direito social, sendo a privatização um resultado desse processo. “A privatização dos serviços públicos também faz parte do programa neoliberal, tais como: privatização das aposentadorias, hospitais e da saúde, do ensino, dos correios, transportes públicos, estradas, parques, prisões, polícia, limpeza pública”. (SILVA, 2010, p. 19)

Observa-se a tendência de desresponsabilização do Estado na promoção de uma educação pública e gratuita para todos. Neste sentido, “em relação à educação, o modelo neoliberal pode ser visto como uma tentativa de ataque à educação pública, no sentido de que a intervenção do Estado nessa esfera se traduz em perdas para a população” (LIMA, 2007, p.48).

Em relação à realidade maranhense, muitos desafios se colocam para o campo da educação, uma vez que historicamente o estado revela um dos piores índices educacionais do país, conforme é possível observar nas análises de Oliveira e Coutinho (2014 p. 7-8):

Na década de 90, do século passado, a educação passou a ser alvo de planos e programas, visando um ciclo de reformas oriundas do Governo Federal, sob as orientações dos organismos internacionais, destacadamente o Banco Mundial, a UNESCO, CEPAL, em razão dos baixos índices de escolaridade e precária formação para o trabalho. No caso do Maranhão, a educação assume posições desfavoráveis no ranking nacional com elevada taxa de analfabetismo (em torno de 55%), enquanto que a média nacional era de 18,9%, além das distorções idade/série e taxas de evasão e repetência. Segundo dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a taxa de distorção idade/série no ensino fundamental, no Maranhão, era de 65,8%, nos anos de 1999, de 62,3% em 2000, de 62,6% em 2001, 81,7% em 2002. Nesses dados, também, a constatação de que apenas 20,2% dos matriculados concluíram o ensino fundamental em 1999 e 20,7% em 2001. A taxa de evasão e repetência durante o segundo mandato do Governo de Roseana Sarney, compreendido entre 1999 a 2002, foram as seguintes: a) evasão – 19,2% em 2000; 37% em 2001; 20,7% em 2002; b) repetência: 30,4% em 2000, 27,8% em 2001, 27,1% em 2002.

Ainda com relação à problemática do analfabetismo no Maranhão, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2013 mostra que a taxa de analfabetismo das pessoas a partir de 15 anos no estado sofreu uma queda. Além disso, conforme os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) e divulgados em jornal de grande circulação no estado do Maranhão, houve diminuição do índice, de 20,5% em 2011, para 18,5% em 2013. Embora esses resultados revelem avanços no que tange ao combate ao analfabetismo no Maranhão, o desafio da universalização do acesso e permanência na escola e o da viabilização de uma educação pública, gratuita e de qualidade está posto.

À luz do exposto, observa-se que na atualidade, a efetivação de uma educação pública e de qualidade para todos os brasileiros se constitui um desafio. E é nesse contexto que a atuação do assistente social está sendo pensada, considerando suas possibilidades de contribuição nesta política, sobretudo a partir da dimensão pedagógica expressa em seu trabalho.

3 | A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - MA.

Ao tratar do trabalho profissional do assistente social, Abreu (2004) analisa a sua dimensão pedagógica, expressando-o como ação por meio da qual o profissional pode influenciar as maneiras de pensar e agir dos sujeitos envolvidos em seus processos de trabalho. Segue, configurando perfis profissionais alinhados com o que denomina pedagogias da “ajuda”, da “participação” as quais considera subalternizantes (promotoras do conformismo ou da integração e promoção sociais), bem como, por uma pedagogia emancipatória das classes subalternas.

Inicialmente, o perfil profissional vinculado à chamada pedagogia da “ajuda” é associado, sobretudo, à perspectiva da ajuda psicossocial individualizada, forma de intervenção que marcou a profissão mais fortemente no processo de sua institucionalização, cujo horizonte é a conformação da cultura dominante. Utilizando-se de processos persuasivos e coercitivos, o profissional contribui para naturalizar desigualdades sociais e legitimar a condição de subalternidade da classe trabalhadora. Difere do perfil pedagógico da “participação”, vinculado à chamada perspectiva desenvolvimentista modernizadora disseminada a partir de 1950, cuja ênfase na participação popular promoveria a “integração” e a “promoção social”, introduzindo assim, “novos mecanismos de persuasão e coerção dos sujeitos envolvidos, bem como revitalizando processos já consolidados, sob o pretexto da superação do assistencialismo”. (ABREU, 2002, p. 108)

Analisados em sua relação com a organização/reorganização da cultura, os perfis pedagógicos do Serviço Social, de acordo com Abreu (2002), marcaram com mais intensidade momentos da trajetória histórica da profissão, embora não sucessórios, sendo somente por volta dos anos 1960, com o Movimento de Reconceituação, que a ação educativa começa a tomar para si o caráter de emancipação das classes subalternas.

O terceiro perfil profissional identificado pela autora está vinculado à construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas. Está ligado ao processo de redefinição profissional, que se destacou durante a crise profissional vivenciada a partir de 1960, levando a categoria profissional a um processo de negação das suas bases conservadoras, vislumbrando a construção de um novo projeto para a profissão “vinculado às forças progressistas no movimento de formação de uma nova ordem social”. (ABREU, 2002, p.129)

Na possibilidade de contribuir para o processo de emancipação humana, o assistente social trabalha na ampliação da intelectualidade dos indivíduos, que remete não apenas ao intelecto, mas à perspectiva de que atuem na construção de sua própria história, sendo capazes de intervir no campo social, político, cultural e econômico de forma consciente e crítica. Estes elementos permitem compreender que o campo da educação constitui-se em terreno fértil para o exercício desse trabalho pedagógico direcionado à emancipação humana.

Entendendo que a educação é um campo de disputa e pode reproduzir os interesses das classes dominantes, Frigotto (2009) afirma que as políticas e a gestão educacional tendem a se pautar pelas determinações dos organismos internacionais, os quais têm forçado políticas focais fragmentadas e levado a gestão educacional a centrar-se na perspectiva da mercantilização.

Mas a educação é também resultado de lutas sociais, que entrelaçada por outras políticas públicas deve servir à conscientização política dos trabalhadores, tornando-os capazes de transformar a realidade em que vivem e emanciparem-se na luta contra a exploração e o domínio da capital. Para Martins (2012), o assistente social deve conhecer essa política com a mesma profundidade, aproximando-se dos movimentos sociais dos educadores que possuem uma visão crítica da educação, compreendendo-a e desvelando os seus significados com a comunidade escolar.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2000), o assistente social é um profissional cujas origens estão vinculadas ao processo de reprodução social, ou seja, à forma como são produzidas e reproduzidas as relações sociais na sociedade capitalista. Assim sendo, o profissional é requisitado a atuar na perspectiva do enfrentamento e da regulação da questão social, formulando e implementando respostas para o enfrentamento das suas expressões. Atua junto ao poder público, em empresas privadas ou no âmbito das organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Cumprido salientar que questão social é aqui concebida como Behring e Santos (2009) a definem. Trata-se de:

Expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor, e ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital - o que implica um predomínio do trabalho morto (capital constante) sobre o trabalho vivo (capital variável) – promove a expansão do exército industrial de reserva (ou superpopulação relativa) em larga escala.

No âmbito da educação, a atuação do assistente social está baseada em competências específicas, expressas em ações que devem articular as diversas dimensões da atuação profissional: abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes e/ ou trabalhadores e trabalhadoras da Política de Educação; intervenção coletiva junto aos movimentos sociais; dimensão investigativa da profissão; dimensão do trabalho profissional relativa à inserção dos/as assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento à participação dos estudantes, famílias, professores e professoras, trabalhadores e trabalhadoras da educação nas conferências e conselhos desta política e de outras; dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social; dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação (CFESS, 2012).

Cabe mencionar que a educação é um espaço ocupacional para o Serviço Social que remete à década de 1930, ou seja, desde as origens da profissão no Brasil. No entanto, somente a partir de 1990 se amplia a demanda de profissionais nessa área de atuação, ganhando destaque na agenda nacional de debates da categoria profissional.

Nessa perspectiva, a inserção nessa área vem sendo gradativamente discutida e defendida pela categoria profissional. Alguns projetos de leis e legislações a respeito do Serviço Social na Educação em âmbito nacional, estadual ou municipal merecem destaque, dentre os quais o Projeto de Lei nº 3688/2000, em tramitação na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de educação básica.

Em que pese o reconhecimento da complexidade da educação, por meio dos seus vários níveis e modalidades nos quais é demandado o trabalho do assistente social, destacou-se neste estudo apenas a experiência de duas instituições de ensino com atuação do profissional do Serviço Social: uma escola integrante da rede pública e outra da rede privada de ensino de São Luís - Maranhão.

Destaca-se que no município de São Luís a inserção de assistentes sociais nas escolas não é expressiva, dada a ausência desses profissionais nas escolas municipais, o que contraria o previsto na Lei Municipal nº 4.155, de 20 de março de 2003, que autoriza o Poder Executivo Municipal a manter a presença de psicólogos e assistentes sociais compondo a equipe técnica das escolas da rede pública de ensino de São Luís.

Geralmente não há inserção de assistentes sociais, ou existe um único profissional ou um pequeno número frente à demanda de trabalho nas instituições escolares, o que ficou constatado nas instituições pesquisadas: na instituição pública poucos profissionais para atender demandas de níveis e modalidades de ensino diversificadas. Já na instituição privada, apenas uma assistente social responsável por uma rede de ensino. Em ambas as situações, as instituições de ensino possuem

unidades escolares em outras cidades do interior do estado, com demandas para o trabalho do Assistente Social.

A situação exposta é reveladora dos limites postos ao Serviço Social, dada a sobrecarga de trabalho dos assistentes sociais, em razão das demandas de trabalho aos profissionais. Além disso, excesso de trabalho implica na ausência de tempo para a qualificação profissional, uma vez que as instituições geralmente não oferecem cursos de capacitação na área e/ou não incentivam essa prática, podendo resultar em insuficiência de condições para realização de leitura crítica da realidade necessária ao exercício profissional qualificado, e em consonância com o projeto ético-político.

Ressalta-se que a dimensão pedagógica do serviço social, alinhada ao projeto profissional hegemônico na categoria profissional, deve estar vinculada a processos de reflexão, identificação de demandas, formulação de respostas, de forma qualificada, organizada e crítica, contribuindo para emancipação dos sujeitos envolvidos em suas ações.

Para Abreu (2002), a chamada prática pedagógica emancipadora, que se contrapõe às pedagogias subalternizantes, relaciona-se às classes subalternas e ao atual projeto profissional do Serviço Social, projeto este que se configura como alternativo ao projeto tradicional conservador predominante na fase de constituição histórica da profissão.

Traduzido nas Diretrizes Curriculares da ABPESS, no Código de Ética (1993) e na Lei Federal de Regulamentação da Profissão (8.622/1993), o projeto ético-político do Serviço Social é entendido aqui como um projeto profissional “radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país”. (IAMAMOTO, 2009, p. 18).

No que tange à forma de organização do trabalho do assistente social nas instituições pesquisadas, constatou-se que os profissionais na instituição da rede pública integram uma equipe composta por outros profissionais como psicólogo, médico, odontólogo, técnicos em enfermagem e nutricionista. Ao Serviço Social compete atuar na elaboração, execução, e avaliação de políticas, programas e projetos sociais, a fim de atender as demandas dos alunos e trabalhadores da instituição, contribuindo para a garantia de direitos. Para tanto, realiza atividades concernentes à caracterização socioeconômica, aos projetos relacionados à assistência estudantil e à relação entre a família e escola, atendimento a alunos e outros membros da comunidade escolar, visitas domiciliares, dentre outras atividades.

Na Instituição da rede particular, o Serviço Social tem como principal demanda a atuação junto a um programa de gratuidade de mensalidades (bolsas), concedidas a alunos que não possuem condições financeiras para o custeio das mensalidades da escola, na maioria das vezes em decorrência de situações de desemprego. Além disso, a única assistente social - responsável por uma rede de ensino composta por várias escolas, das quais uma parte está localizada no interior do estado - atua nas

situações relacionadas a baixo rendimento e evasão escolar, realizando atendimento social, visita domiciliar, reuniões, dentre outras atividades.

Em relação ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social nas instituições pesquisadas, ficam evidenciados esforços na manutenção do compromisso com a garantia do direito à educação, pois ainda que diante de situações adversas apontadas pelos profissionais, tais como a sobrecarga de trabalho, insuficiência de recursos para ampliação do acesso aos projetos de assistência estudantil, ausência de condições éticas e técnicas de trabalho, dentre outras, a vinculação da profissão aos interesses da classe trabalhadora, na perspectiva de fortalecimento da educação como direito social, aproxima a profissão ao perfil profissional vinculado a uma pedagogia emancipatória das classes subalternas.

No que diz respeito à inserção de assistentes sociais nas escolas, atuando na perspectiva da defesa de direitos, não se pode depreender que somente o trabalho nas instituições públicas assume essa perspectiva, uma vez que o assistente social nas escolas privadas confessionais pode imprimir ao seu trabalho essa mesma direção. Contudo, é importante ressaltar que a inserção nesse espaço sócio-ocupacional é motivada, sobretudo, por uma característica não-governamental que, em razão das isenções fiscais, obriga essas instituições a aplicarem recursos em filantropia, conforme apontam Gonçalves e Suguihiro (2010), em uma pesquisa sobre o trabalho do assistente social na escola privada sem fins econômicos:

No mínimo 20% da receita bruta anual da Associação é aplicada em filantropia. Uma parte dessa filantropia é aplicada na concessão de bolsas sociais para famílias em situação de vulnerabilidade social. A execução do processo de concessão de bolsas sociais é a principal atribuição dos profissionais pesquisados. (GONCALVES; SUGUIHIRO, 2010, p.10)

Nesse contexto, configura-se um desafio ao assistente social inserido nesse espaço sócio-ocupacional, imprimir a direção ético-política da profissão ao seu trabalho. Isto porque a perspectiva da ajuda pode se expressar em ações de cunho solidário e assistencialistas, desenvolvidas no âmbito desses estabelecimentos, cabendo ao assistente social, por meio do livre exercício das atividades inerentes à profissão, e ao desenvolver um pensamento crítico e reflexivo, redefinir as ações para a perspectiva da garantia de direitos, e em última instância, em direção à emancipação humana.

Importa ressaltar que os perfis pedagógicos denominados por Abreu (2002) como subalternizantes (da “ajuda” e da “participação”) não estão esquecidos no passado, mas são metamorfoseados a partir dos anos 1990, de acordo com as necessidades do capital, direcionando-se para a despolitização das relações sociais, reatualizando e intensificando a individualização e responsabilização do sujeito quanto à busca de respostas para suas necessidades básicas. Contrapondo-se a essa perspectiva, entende-se que o assistente social comprometido com o projeto profissional vincula-se aos interesses das classes subalternas por meio da atuação profissional qualificada,

teórica, técnica e ético político.

Pelo exposto, observou-se que o assistente social é demandado a intervir no contexto escolar, seja na escola pública ou na escola privada, na perspectiva de contribuir para que o direito à educação seja garantido. Direito esse assegurado em alguns instrumentos legais, mas que é desafiado cotidianamente em sua efetividade, dada a ofensiva neoliberal em curso e a diminuição do papel do Estado, que tem transferido para a iniciativa privada, ou para organizações sem fins lucrativos, o papel que lhe cabe no cumprimento dos direitos sociais básicos, dos quais destacamos o direito à educação.

4 | CONCLUSÃO

Diante da proposta inicial deste estudo, que propôs analisar experiências de trabalho de assistentes sociais na educação no Município de São Luís, mais precisamente no que se refere à dimensão pedagógica de seu trabalho, é possível apontar algumas considerações.

A Constituição Federal de 1988 propiciou significativo avanço ao instituir a educação como um direito social, o que significa um compromisso, um dever do Estado em garanti-la a todos os cidadãos sem nenhuma distinção. Entretanto, o acesso universal e de qualidade a esta política ainda se constitui um grande desafio, dada a lógica da privatização que vem se acentuando desde a adesão do estado brasileiro às políticas neoliberais, desvinculando a educação de uma perspectiva de emancipação e orientando-a para a lógica da mercantilização.

Sobre as experiências de trabalho de assistentes sociais na educação, percebeu-se que embora a inserção nesta área de atuação não seja algo recente, em São Luís ela ainda se mostra incipiente, tanto em relação à quantidade de profissionais nessa política, quanto, conseqüentemente, com relação a todas as possibilidades de intervenção, considerando as dimensões do trabalho do assistente social nessa área, que perpassam as abordagens individuais; a intervenção coletiva junto a movimentos sociais; a postura investigativa da profissão; a inserção e estímulo à participação em espaços democráticos; gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços; e a dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos, no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social. (CFESS, 2012)

Com base na pesquisa, fica evidenciado que a dimensão pedagógica da profissão se expressa no trabalho cotidiano do assistente social e é dimensão inerente à profissão, portanto, também se evidencia no âmbito das experiências analisadas, aproximando-se predominantemente do perfil vinculado à construção de uma pedagogia emancipatória das classes subalternas, uma vez que estes profissionais afirmam-se vinculados ao projeto ético-político e a uma concepção de educação que

serve à emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico- conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social e sociedade**. São Paulo, n. 79, set. 2004.

_____. **Serviço Social e a Organização da Cultura: Perfis Pedagógicos da Prática Profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

_____. Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão social e direitos. (2009). In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 13 jul 2010.

_____. **Constituição da República Federativa**. Brasília: Senado Federal. 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990, atualizado com a Lei 12.010 de 2009. Inclusa a Lei nº 12. 594 de 2012 (SINASE).

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB**: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, 2010..

_____. **PNE 2011-2020: Metas e Estratégias**. Ministério da Educação/MEC. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf. Acesso em: 02 jan. 2015.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2012.

GONÇALVES; Amanda Boza; SUGUIHIRO, Vera Lúcia Tiek. Serviço Social e Educação: uma análise sobre a prática do assistente social na escola privada sem fins econômicos. In: **II Simpósio Nacional de Educação - UNIOESTE**, 2010, Cascavel, PR. Anais (on-line). Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/trabalhos/226.pdf> Acesso em: 26 mar. 2015.

IAMAMOTO, Marilda. O significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

_____. V & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 13ª Ed. São Paulo: Cortez/Celats, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Síntese dos Indicadores de 2012**. Rio de Janeiro: IBGE; 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf Acesso em 5 jan. 2015.

JORNAL PEQUENO. **Índice de analfabetismo no Brasil diminui**. Disponível em: <http://jornalpequeno.com.br/2014/09/22/indice-de-analfabetismo-maranhao-diminui/>. Acesso em 5 jan. 2015

LIMA, Marcio Javan Camelo de. **Neoliberalismo e Educação**. Studia Diversa, CCAE-UFPB, Vol. 1, No. 1 - Outubro 2007, p. 44-61. Disponível em: <http://www.ccae.ufpb.br/public/studia_arquivos/arquivos_01/marcio_javan_01.pdf> Acesso em 5 jan. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Política e gestão educacional na contemporaneidade. In: FERREIRA, Elisa & OLIVEIRA, Dalila A. **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético- Político. In: **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SILVA, Sabrina Diamantino da. **A influencia neoliberal na educação**.. São Gonçalo, Rio de Janeiro, 2010. Monografia (Licenciatura em Pedagogia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação dos Professores. Disponível em: <http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/SDS.2.2010.pdf>. Acesso em 5 jan. 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-065-0

